

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 452.001 - PB (2018/0126263-3)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE : LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : ANDRE FREIRE DOS SANTOS - CE023340**  
**LEOPOLDO ANDERSON MANGUEIRA DE LIMA - PB020995A**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**PACIENTE : JOSE AURENI MANGUEIRA**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOSE AURENI MANGUEIRA, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região na (Apelação criminal n. 0000433-40.2012.4.05.8202).

O paciente foi condenado pela prática do crime de apropriação de bens públicos ou desvio (prefeito) à pena de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime semiaberto. O Tribunal negou provimento ao apelo defensivo, nos seguintes termos (fls. 657/660):

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART. 1º, INCISO I, DO DL 201/67. APROPRIAR-SE DE BENS OU RENDAS PÚBLICAS, OU DESVIÁ-LOS EM PROVEITO PRÓPRIO OU ALHEIO. INÉPCIA DA INICIAL ACUSATÓRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS EVIDENCIADAS NO FEITO. DOLO DEMONSTRADO. DOSIMETRIA DA PENA. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO PUNITIVO.*

*1. O que se observa da cópia da denúncia é que o órgão ministerial descreveu fatos que, em tese, correspondem a ilícitos criminais, tendo indicado a prova indiciária em que se amparou para a formulação da acusação. Não se tratou de denúncia genérica, tendo o Parquet individualizado os fatos, dando-lhes características de concretude, pelo menos para o exame que deve ser feito por ocasião do recebimento, ou não, da referida peça, em que vigora o princípio do in dubio pro societatis.*

*2. A denúncia destacou a quota de participação de cada acusado na suposta infração que narrou e o modus operandi, indicando que o desvio teria ocorrido através de saques na conta corrente específica do convênio por meio de cheques nominais à própria tesouraria do município, ora creditados na conta-corrente de titularidade do ex-prefeito, ora sacado em espécie na "boca do caixa", ou pelo próprio tesoureiro ou sem identificação do beneficiário (...).*

*3. Também destacou o fato de que a microfilmagem realizada nos cheques sacados da conta vinculada ao convênio no.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

192/2001 (SIAFI 425896) identificou o acusado JOSÉ AURENI MANGUEIRA como responsável pelos endossos nos cheques de no. 850001, no valor de R\$ 35.596,09 (fls. 109/110, do IPL), e de no. 850004, no valor de R\$ 7.403,91 (fls. 115/116, do IPL); e o acusado ESPEDITO ALDECI MANGUEIRA DINIZ, como titular da conta corrente onde ocorridos os depósitos desses valores.

4. Peça acusatória que é idônea, atendendo ao requerido pelo art. 41, do CPP, preenchendo os pressupostos e requisitos concernentes à tutela da efetividade do processo, à correta tipificação do fato pelo juiz, com observância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, possibilitando aos acusados o pleno exercício do direito de defesa.

5. Foi devidamente comprovada a materialidade do delito do art. 1º, inciso I, do DL 201/67 (apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio), sobretudo pelos elementos que ampararam a denúncia (apensos), dos quais se destacam o Parecer Técnico da FUNASA, que relata o não cumprimento total do objeto pactuado no plano de trabalho, com prejuízo ao erário; os Pareceres 19/2004 e 263/2005; o Despacho 608/2005, da Divisão de Engenharia e Saúde Pública, que registra que a obra não atendeu a etapa útil do projeto; e as cópias microfilmadas dos cheques sacados da conta vinculada ao convênio, sob o número 7.756-9, agência 0913-X, Banco do Brasil, relacionados ao exame dos saques realizados na conta-corrente específica do convênio, com a indicação de cheque endossado pelo acusado JOSÉ AURENI MANGUEIRA e depositado em conta corrente de titularidade do ex-gestor ESPEDITO ALDECI MANGUEIRA DINIZ, no valor de R\$ 35.596,09, e cheque nominal à tesouraria e endossado pelo acusado JOSÉ AURENI MANGUEIRA, no valor de R\$ 7.403,91.

6. O Relatório de Fiscalização de número 00903, da Controladoria Geral da União, afora destacar que a licitação realizada para cumprimento do objeto conveniado, na modalidade carta-convite (procedimento licitatório no. 04/2002), foi simulada, mediante adulteração de certidões de regularidade fiscal de apresentação obrigatória, anota que parte dos recursos do convênio foram depositados na conta bancária do ex-prefeito ou sacados em espécie pelo então tesoureiro.

7. A autoria por parte dos apelantes também restou devidamente provada nos autos pelos documentos trazidos e pelos interrogatórios procedidos. Os próprios acusados confirmaram o saque de valores do convênio na boca do caixa, bem assim a não prestação de contas de parte dos valores sacados à FUNASA.

8. A defesa trouxe alegações desprovidas de provas que as evidenciassem, a ponto de desconstituir o que restou constatado no decorrer da instrução criminal. O argumento do ex-prefeito de que tal procedimento irregular era realizado para propiciar o pagamento de trabalhadores da cidade e em razão de compras que eram efetuadas no comércio local, além de desconectado ao contexto produzido, não foi

# *Superior Tribunal de Justiça*

*evidenciado por qualquer elemento de prova nos autos.*

*9. O dolo para configuração do delito do art. 1o., inciso I, do DL 201/67, por parte dos dois acusados, de igual modo, foi satisfatoriamente demonstrado no feito, por todas as provas já indicadas. Restaram claras a consciência e vontade dos acusados direcionadas ao desvio, em proveito próprio, de parte das verbas públicas federais repassadas pela FUNASA em razão do convênio 192/2001. O dano ao erário público restou claro no Relatório de Fiscalização de número 00903, da Controladoria Geral da União, que concluiu pela inexecução das obras objeto do convênio e pelo desvio de recursos para conta pessoal do ex-prefeito ou para saque em espécie pelo tesoureiro, na boca do caixa.*

*10. DOSIMETRIA DA PENA. Magistrado de Primeira Instância que estipulou a pena de ambos os réus em 4 anos e 6 meses de reclusão, pelo cometimento do delito do art. 1o., inciso I, do DL 201/67, isso considerando a presença de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis, na primeira fase de dosagem, e a ausência de elementos na segunda e terceira fase da dosimetria da pena.*

*11. Erro material existente na sentença, que quando fala em penalidade privativa de liberdade definitiva, para o réu JOSÉ AURENI MANGUEIRA, em 4 anos e 3 meses, quer dizer 4 anos e 6 meses, conclusão a que se chega quando do exame do percurso da dosimetria.*

*12. Motivo destacado no apelo do Parquet, referente à torpeza em enriquecer, angariar patrimônio, desfrutar de bens materiais, tudo em detrimento do bem-estar coletivo, que integra o próprio delito do inciso I, do DL 201/67, que busca justamente tutelar o bem jurídico patrimônio público contra desmandos de prefeitos e coautores; consideração que repercutiria inevitavelmente em bis in idem, pelo que não pode ser procedida.*

*13. A decisão ora combatida justificou devidamente o quantum de pena a que chegou na primeira fase da dosagem, 4 anos e 6 meses de reclusão, acima do mínimo legal previsto para o delito de desvio de verbas públicas, registrando como negativas as circunstâncias culpabilidade e conseqüências do crime. De fato, a destinação diversa dos recursos, daquela legalmente prevista, privou a população carente de saneamento básico, trazendo graves prejuízos à comunidade local, justificando a penalidade em montante superior à pena mínima.*

*14. Nega-se provimento aos apelos do MPF e da defesa dos acusados, para manter a decisão ora vergastada em todos os seus termos.*

Sobreveio o recurso especial por parte do corréu Espedito Aldeci Mangueira Diniz, que foi admitido pelo Tribunal de origem e improvido por esta relatoria.

# Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, estes foram parcialmente providos para alteração da dosimetria da pena imposta ao corréu Espedito, considerado o decote da circunstância judicial atinente à culpabilidade, restando a pena fixada em 03 (três) anos e 03 (três) meses de reclusão, em regime semiaberto.

Foi interposto agravo regimental pelo *parquet*, que aguarda julgamento na Quinta Turma deste Tribunal.

Agora a defesa do paciente JOSE AURENI MANGUEIRA impetra a presente medida nesta Corte sustentando que a condenação do corréu Espedito é idêntica a do paciente e que mesmo assim o Juízo da 8ª Vara Federal da Paraíba determinou a execução definitiva da penalidade imposta ao paciente, que foi de pronto iniciada. Afirma evidente constrangimento ilegal sofrido pelo paciente diante da necessidade de redução da reprimenda imposta pelo juízo originário, nos moldes do julgamento do seu corréu, por pura equidade.

Requer, em liminar e no mérito, que se reduza a reprimenda imposta ao paciente e a suspensão da execução definitiva da pena do paciente diante do possível reconhecimento da prescrição retroativa da pena com a consequente extinção de punibilidade.

Liminar indeferida às fls. 112/116.

Informações prestadas às fls. 121/123 e 124/126.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem de ofício, conforme parecer de fls. 200/209.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

Com efeito, o Recurso Especial n. 1.687.963/PB foi provido monocraticamente para afastar a valoração negativa da culpabilidade em relação ao

# *Superior Tribunal de Justiça*

corréu Espedito. Contra essa decisão foram opostos Embargos de Declaração e, posteriormente, interposto Agravo Regimental pelo Ministério Público Federal, que restou assim ementado:

*AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CULPABILIDADE. ART. 1º, INCISO I, DO DECRETO-LEI N. 201/1967. CONDIÇÃO DE PREFEITO. INERENTE AO TIPO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. A culpabilidade não deve ser considerada como circunstância judicial negativa ao agravado, porquanto a condição de Prefeito Municipal é inerente aos crimes previstos no Decreto-Lei n. 201/1967, de modo que qualquer consideração deste fator para a elevação da pena seria ilegal por ensejar em manifesto bis in idem.*

*2. Agravo regimental desprovido.*

Com efeito, a sentença condenatória de fls. 48/53 majorou negativamente a condição de prefeito em relação ao correu Espedito (prefeito) mediante a mesma fundamentação que majorou a pena em relação ao paciente JOSE AURENI MANGUEIRA (tesoureiro). Vejamos:

*3.1- RÉU ESPEDITO ALDECI MANGUEIRA DINIZ*

*3.1.1 - do crime capitulado no art. 1º, I, do Decreto-Lei nº 201/1967*

*Impõe-se, inicialmente, a análise das circunstâncias judiciais, contempladas no art. 59 do Código Penal: a) a culpabilidade, entendida como reprovação social da conduta<sup>1</sup>, mostra-se desfavorável, pois sendo o réu Prefeito tem o dever legal de administrar as verbas públicas em proveito da população e não de desviá-las em proveito próprio ou de terceiro ou ainda de aplicá-las indevidamente à revelia das disposições legais, causando comportamento que causa repulsa social, mormente em municípios de reduzido poder econômico (fl. 51).*

*[...]*

*3.2- RÉU JOSÉ AURENI MANGUEIRA*

*3.2.1 - do crime capitulado no art. 1º, I, do Decreto-Lei nº 201/1967*

*Impõe-se, inicialmente, a análise das circunstâncias judiciais, contempladas no art. 59 do Código Penal: a) a culpabilidade, entendida como reprovação social da conduta<sup>3</sup>, mostra-se desfavorável, pois sendo o réu Tesoureiro Municipal tem o dever legal de zelar pelas finanças municipais e liberar recursos exclusivamente para fins sociais e não de desviá-las em proveito próprio ou de terceiro ou ainda de aplicá-las indevidamente à revelia das disposições legais, causando comportamento que causa repulsa social, mormente em municípios de*

# Superior Tribunal de Justiça

*reduzido poder econômico (fl. 52).*

Mesmo não sendo o cargo de Tesoureiro Municipal elementar do crime em comento, somente por ter sido cometido em concurso de agentes com o então prefeito, é que se cogita falar na incidência do crime previsto no art. 1º, I, do Decreto-Lei nº 201/1967.

Assim, diante da idêntica fundamentação apresentada na origem para majorar as penas, de rigor a concessão da ordem para estender o benefício concedido no REsp 1.687.963/PB ao paciente.

No ponto, cumpre transcrever o parecer do Ministério Público Federal, o qual adoto como razões de decidir:

*No entanto, a ordem deve ser parcialmente concedida, de ofício, tendo em vista a demonstração de similitude plena da situação fático-processual do paciente com a do coacusado Espedito Aldeci Mangueira Diniz, no tocante à dosimetria.*

*Nesse aspecto, não se verifica a existência de qualquer circunstância de caráter exclusivamente pessoal que obstaculize a extensão dos efeitos da decisão que deu parcial provimento aos Embargos de Declaração defensivos no Recurso Especial nº 1.687.963/PB, da relatoria do Ministro Joel Ilan Paciornik.*

*Releva assinalar que, em tal julgamento, restou assentado que o fato do agente criminoso ocupar o cargo de Prefeito Municipal é inerente aos crimes previstos no Decreto-lei nº 201/67, de modo que qualquer consideração deste fator para elevação da pena seria ilegal por ensejar manifesto bis in idem.*

*Assim, foi decotada a vetorial relativa à culpabilidade.*

*Na espécie, com base nesses fundamentos, deve ser afastada a valoração negativa da culpabilidade também em relação ao paciente que era tesoureiro municipal à época do evento criminoso e praticou o delito em questão em coautoria com o chefe do poder executivo municipal.*

*Ainda consignou, essa Corte Superior, no aresto em destaque, a idoneidade do posicionamento dos juízos inferiores ao considerarem desfavoráveis as consequências do delito previsto no art. 1º, I, do Decreto-lei nº 201/67, tendo em vista que o desvio de verba pública acarretou prejuízo a pequeno município, privando a população carente de saneamento básico.*

*Com efeito, tem-se por aplicável, à hipótese, o teor do artigo 580, do CPP, ex vi do seguinte julgado, pinçado a título meramente ilustrativo:*

“HABEAS

CORPUS.

HOMICÍDIO

QUALIFICADO TENTADO (POR TRÊS VEZES). PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. FORMULAÇÃO APÓS A SENTENÇA CONDENATÓRIA. INVIABILIDADE. PRETENSÃO ACUSATÓRIA APRECIADA EM PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS DE JURISDIÇÃO, EM COGNIÇÃO MAIS AMPLA. NULIDADE. DEFICIÊNCIA DA DEFESA TÉCNICA E AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO EM MOMENTO OPORTUNO. AUSÊNCIA. PRECLUSÃO EVIDENCIADA. CONDENAÇÃO BASEADA EM DEPOIMENTOS PRESTADOS APENAS NA FASE INQUISITORIAL. DEBATE DO TEMA PELO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADE DECORRENTE DE O DESEMBARGADOR QUE REALIZOU O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR CORRÊU TER PARTICIPADO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE SEM FUNDAMENTAÇÃO E COM BASE EM ELEMENTOS INERENTES AO PRÓPRIO TIPO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. REDIMENSIONAMENTO DA REPRIMENDA QUE SE IMPÕE.

1. A pretensão do reconhecimento de inépcia da denúncia, formulada aqui e após a sentença condenatória e o acórdão que a manteve, não é passível de ser analisada na via eleita. Precedentes.

2. No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu. (Súmula 523/STF).

3. Da análise do recurso de apelação formulado por defensor constituído pelo paciente, verifica-se que a suposta nulidade decorrente da deficiência da defesa técnica nem sequer foi indicada, a evidenciar que ocorreu a preclusão. O mesmo se pode afirmar em relação à alegada nulidade decorrente da ausência de intimação da pronúncia.

4. No tocante à alegação de que a condenação se encontra baseada, apenas, em depoimentos coletados na fase inquisitorial, verifica-se que a questão nem ao menos foi objeto de insurgência perante o Tribunal a quo, de modo que o conhecimento originário do tema, por este Superior Tribunal, configuraria indevida supressão de instância.

# Superior Tribunal de Justiça

5. O juízo de admissibilidade do recurso especial é ato judicial que se restringe ao exame dos pressupostos processuais do mesmo, não possuindo qualquer conteúdo decisório ou de valoração probatória capaz, de per si, ensejar o impedimento do Desembargador. (AgRg no AREsp n. 437.628/RJ, Ministra Maria Thereza, Sexta Turma, DJe 3/12/2014) 6. O Magistrado singular, ao realizar a dosimetria da pena imposta ao paciente, além de não apresentar elementos concretos que demonstrassem a valoração negativa de algumas circunstâncias, fez referências a elementos inerentes ao próprio tipo penal, o que é inadmissível, estando, portanto, maculadas as circunstâncias judiciais da culpabilidade, personalidade, conduta social, consequências do crime e comportamento da vítima.

7. Existindo corrêu em situação fático-processual idêntica, devem ser estendidos os efeitos desta decisão, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal.

8. Ordem parcialmente concedida apenas para redimensionar a pena imposta ao paciente, resultando a reprimenda definitiva em 13 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, devendo os efeitos desta decisão ser estendidos ao corrêu Darril de Abreu Petry, a quem deve ser fixada a mesma pena.” g.n. (HC 276.936/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017) (fls. 200/209).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração. Contudo, concedo a ordem de *habeas corpus*, de ofício, para reduzir a pena aplicada ao paciente na ação penal em comento ao patamar de 3 anos e 3 meses de reclusão.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator